



GT 024. Antropologia, gênero e sexualidade em contextos educativos

Elisete Schwade (UFRN) - Coordenador/a, Fátima Weiss de Jesus (UFAM/DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA/PPGAS) - Coordenador/a

Esse GT tem como objetivo discutir gênero e sexualidade em práticas educativas, a partir de intervenções e pesquisas antropológicas realizadas nos últimos anos, no marco das políticas que fazem referência a diversidade, de acordo com as possibilidades previstas na Constituição de 1988 que, em 2018, completa 30 anos. Buscamos um balanço das diferentes situações em que as reflexões sobre gênero e sexualidade são acionadas em contextos educativos, também em perspectivas que incorporem outros marcadores sociais da diferença, tais como raça, classe, gênero. Desse modo será possível perceber avanços e retrocessos, permanências e transformações, tendo em vista conflitos e dinâmicas próprias associadas às políticas de educação e suas repercussões em contextos particulares. Serão aceitos trabalhos realizados com o enfoque metodológico e analítico da antropologia, com ênfase na etnografia, realizados em escolas, na formação de professores, cursos de aperfeiçoamento e especialização, cursos vinculados a movimentos sociais e organizações coletivas, entre outros.

Tecendo gênero e diversidade nos Lençóis Maranhenses: da exclusão ao enfrentamento na escola

Autoria: Laurinda Fernanda Saldanha Siqueira, Maynara Costa de Oliveira Silva

"Mas professora, a vida é minha, eu tenho direito de viver e de amar, né? Não tenho, professora?". Dessa pergunta (e de todas as suas entrelinhas) extraímos uma necessidade latente de enfrentamento. De enfrentamento da homofobia, lesbofobia e misoginia na escola, por meio de estratégias, atividades e ações contínuas de combate. Entendemos a educação como principal forma de transformação social, que permite a luta por direitos e garantias e pela dignidade da pessoa humana, e que, portanto, cumpre seu papel também ao (des)construir alguns conceitos e preconceitos. Para ampliar a formação em gênero, diversidade e sexualidade em escolas públicas de Barreirinhas (MA), eu, uma professora de química, convidei uma antropóloga-advogada para que juntas, pudéssemos desenvolver este projeto. Buscamos sensibilizar as comunidades escolares; conhecer seu entendimento prévio; divulgar amplamente nossas atividades. Organizamos e executamos minicursos, oficinas e palestras, em ordem crescente de complexidade, sobre temas de gênero, diversidade e sexualidade, binarismo, novos arranjos familiares, violência de gênero, homofobia, lesbofobia, transfobia, o acesso à educação por transgêneros (direitos, dificuldades, nome social etc) e dentre outras. Elaboramos com os alunos materiais, metodologias e instrumentos didáticos para auxílio ao debate de gênero, diversidade e sexualidade em todas as disciplinas. A seleção dos temas propiciou aos alunos contato com conteúdos relacionados à diversidade, cidadania e noções de Direitos Humanos, Direito Constitucional e Direitos Reprodutivos e Sexuais. Todas essas atividades foram desenvolvidas durante aulas de química e em eventos do IFMA Campus Barreirinhas (MA) e de escolas estaduais. Embora com resistência de alguns atores institucionais e sociais, e com falta de recursos materiais, as nossas observações das tarefas realizadas pelos alunos e de seus discursos durante as atividades do projeto, permitiram perceber sua evolução como cidadãos, conscientes, engajados nas lutas por igualdade de direitos entre homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais, transgênero e cisgênero e contra toda forma de violência, (des)construtores de conceitos e agentes transformadores da realidade social. E isso independe da disciplina ministrada, afinal a diversidade é trans(versal). Ademais, os temas e conteúdos prospectados pelos alunos e as discussões e debates, atendem aos cinco eixos cognitivos: domínio da linguagem, compreensão de fenômenos, enfrentamento de situações-problema, construção de argumentação e elaboração de propostas.



da Matriz de Referência do ENEM, podendo assim, também ajudar nossxs alunxs nesta etapa da vida. Salienta-se que adotamos uma linguagem não-binária na escrita do texto, como um convite à reflexão de todxs.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**